



AGRICULTURA FAMILIAR: AS CONTRADIÇÕES TEÓRICAS FRENTE AO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

VALDIR ANTONIO GALANTE; MARIA MESSIAS F LIMA;

URCA

CRATO - CE - BRASIL

vgalante@hotmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL

Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil

AGRICULTURA FAMILIAR: as contradições teóricas frente ao capitalismo contemporâneo

FAMILIAR AGRICULTURE: the theory contradictions before contemporary capitalism

RESUMO

Este artigo discute as contradições inerentes a presença marcante da pequena e grande produção agrícola. Trata-se de uma reflexão sobre as teorias que subjugarão a agricultura familiar como um modo de produção fadado ao desaparecimento. As transformações ocorridas na forma de acumulação e centralização do capital nas últimas décadas não permitem mais tratar a pequena produção como algo isolado, mas como objeto fundamental de uma nova proposta de desenvolvimento. A primeira parte desse trabalho trata dos aspectos relacionados aos conceitos e teorias que desvendam a identidade e as peculiaridades da agricultura familiar frente ao sistema capitalista. A segunda parte faz uma análise do sistema capitalista e a forma como ele vem se

apropriando do capital sob a ótica do neoliberalismo. Dessa forma, repensar a sua lógica de produção é reconhecê-la como uma estratégia para a superação de vários estrangulamentos econômicos e sociais nos quais a sociedade contemporânea está inserida.

Palavras-chave: agricultura familiar, capitalismo, neoliberalismo

ABSTRACT:

This article discuss the inherent contradictions between small and big agricultural production. It is a reflection about the theories that have subjugated familiar agriculture as a way of production bound to disappear. The transformations occurred in the form of capital accumulation and centralization in the late decades does not allow the treat of small production as something isolated anymore, but as a prime object of a new development proposal. The first part of the essay talks about aspects linked to concepts and theories the show up an identity and the peculiarities of familiar agriculture before the capitalist system. The second part is about a capitalist system analysis and the way how it has been appropriating the capital under the neoliberalism view. So, thinking again its production logic brings knowledge to overcome many economic and social problems which the actual society is living.

Keywords: familiar agriculture, capitalism, neoliberalism.

INTRODUÇÃO

Ao analisar a grande transformação iniciada nas últimas décadas do século XX percebe-se que o capitalismo apresentado e discutido por Marx, está superado. Superado na sua forma de alienação e concentração, e o que se discute hoje, já não é mais sua existência, mas sua natureza e originalidade e, principalmente a peculiaridade em manter-se como modo de produção dominante. O desafio do século XXI, é manter este centro de poder e de exclusão (re)colocando a velha tensão entre os agentes econômicos, definindo-se também um confronto político entre as diretrizes de ação do Estado que busca de credibilidade em um novo modelo de desenvolvimento, em que o foco é a sustentabilidade.

Este artigo tem como objetivo identificar as contradições teóricas das relações de produção e a real natureza (econômica, política e social) da produção agrícola familiar como parte integrante do sistema capitalista.

A primeira parte desse trabalho trata dos aspectos relacionados aos conceitos e teorias que desvendam a identidade e as peculiaridades da agricultura familiar frente ao sistema capitalista. Ou seja, o princípio sobre o qual não existe a apropriação do trabalho alheio em que a mais-valia não é o motor do processo produtivo, isso garante a especificidade desse modo de produção em relação ao sistema capitalista. Entretanto, existe uma lógica maior que a lógica do capital em que se insere a sociedade. É a partir dessa reflexão que a inserção da agricultura familiar se faz necessária, não apenas como uma produção de subsistência, mas como uma forma racional e eficiente de desenvolvimento, ligando todos os setores e agentes econômicos.

A segunda parte faz uma análise do sistema capitalista e a forma como ele vem se apropriando do capital sob a ótica do neoliberalismo, discutindo a lógica através da qual a agricultura familiar mantém-se como parte integrante desse sistema neste início de século.

1 - AGRICULTURA FAMILIAR E CAPITALISMO: A DIFERENCIAÇÃO EM BUSCA DA IDENTIDADE (?)

Um dos maiores desafios enfrentados pelos tomadores de decisões de política econômica está relacionado com o crescimento econômico do país, independente do seu grau de desenvolvimento. Contudo, a experiência tem demonstrado que desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, pois este é considerado como uma “simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas” (SOUZA, 1997, p. 21).

No plano teórico, o debate sobre crescimento surge com a obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776, identificando, a causa e a origem da riqueza nacional. A partir de meados do século XVIII e início do século XIX, surgiram na França novos conceitos em relação à riqueza e ao crescimento, passando da ótica do comércio para o prisma da produção, em que o único setor produtivo era a agricultura, ou seja, o único setor capaz de gerar um excedente econômico. Esta visão é bastante limitada, porém não se pode negar a importância desse setor para o desenvolvimento econômico de qualquer País.

Somente a partir de meados do século XX, mas precisamente depois da Segunda Guerra Mundial, o tema *desenvolvimento econômico* obteve maior destaque, buscando-se elementos para a formação de uma teoria, embora a preocupação com crescimento econômico seja muito antiga, principalmente nos países da Europa.

Todavia, o desenvolvimento do capitalismo em sua essência da acumulação de capital ‘negou’ a agricultura familiar como modo diferencial de desenvolvimento que, para SEM (2000, p. 29), “o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. Ainda segundo o autor, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática (...)”. Apesar de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas.

É nesse contexto que surge a necessidade de (re)valorizar o debate sobre a agricultura familiar, buscando identificar na teoria respostas a uma necessidade social e econômica para o capitalismo contemporâneo.

Na teoria clássica o debate sobre agricultura familiar é constante, principalmente quando se trata do seu peso na explicação da estrutura social da agricultura e principalmente na estruturação do próprio desenvolvimento capitalista.

Nos EUA, por exemplo, a predominância da agricultura familiar liderou o progresso técnico e a produção de alimentos em níveis superiores aos de quaisquer outros países, tanto em produção quanto em volume de vendas. Na Inglaterra, apesar da estrutura atomizada de milhões de unidades de produção, a presença do trabalho e da gestão familiar na agricultura levou o setor à modernização e à elevação da produtividade, após abandonar o modelo tripartite² de organização econômica da agricultura.

² Modelo clássico de organização da agricultura britânica. Era constituído pelos latifundiários (*Farmers*) que arrendavam suas terras aos capitalistas - arrendatários (*Landlords*), nas quais cultivavam grandes lavouras com o emprego de agricultores (*labourers*) (ABRAMOVAY, 1992).

Igualmente em outros países da Europa, a organização dos mercados, iniciada pelos próprios agricultores e, em seguida, apoiada pelo Estado, através de suas políticas de estruturas como a intervenção estatal na agricultura, veio favorecer a modernização do setor e, conseqüentemente, o aumento da oferta agrícola (ABRAMOVAY, 1992).

Alguns autores, como Lênin, Kautsky e Chayanov trataram o desenvolvimento do capitalismo na agricultura de forma diferenciada. Lênin procurou mostrar que a ruína dos camponeses era uma conseqüência necessária ao processo de instalação e evolução do capitalismo. Kautsky, discutiu seriamente a superioridade do grande estabelecimento agrícola sobre o pequeno.

Chayanov, entretanto, defende a proposição de que a economia camponesa deve ser tratada como um sistema econômico próprio, como um sistema não-capitalista. Analisando a dimensão política do seu trabalho é possível resgatar a explicitação das potencialidades da agricultura familiar, as quais remetem para a atualidade aspectos surpreendentes, tais como a absorção do progresso técnico e o desenvolvimento de uma nova ‘psicologia econômica’.

Dessa forma “a produção familiar precisava ser transformada, potencializada, sem que as forças sociais a que ela serve de base fossem destruídas. Seria preciso construir as novas formas da agricultura a partir das bases evolutivas da unidade de produção familiar” (WANDERLEY, 1998, p. 40).

Na teoria marxista, não é possível encontrar um conceito satisfatório para a produção agrícola familiar, pois este modo de produção não constitui um modo de produção capitalista, não visa a acumulação de capital, além de existir uma lógica entre trabalho e consumo.

É preciso reconhecer, entretanto, que os clássicos marxistas da questão agrária tocaram num ponto essencial sobre cuja resposta não há, mesmo para os teóricos da economia camponesa, unanimidade: quais as transformações que sofre o campesinato com sua crescente inserção nas relações mercantis? Se é relativamente fácil mostrar que as previsões apocalípticas sobre seu desaparecimento não se confirmam, não se pode entretanto falar com tranqüilidade de sua manutenção nas sociedades contemporâneas. As mudanças sofridas pela produção familiar na agricultura de hoje são tão profundas que se não se encaminharam no sentido da diferenciação social, por outro lado não permitiram que as características centrais da produção camponesa permanecessem (ABRAMOVAY, 1992, p. 57).

Portanto, a produção agrícola familiar não é simplesmente uma forma transitória, isolada e condenada ao desaparecimento, mas ao contrário, é um modo de produção em cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento.

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura

familiar como sua principal base social de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1992, p. 131).

Nesse sentido, a atual conjuntura, converge para a integração crescente dos camponeses ao mercado, onde os elementos constitutivos da produção agrícola familiar, o balanço entre trabalho e consumo, não se constituem mais em fator determinante das principais decisões econômicas: como produzir, quanto produzir e para quem produzir.

Por conseguinte, existe um paradoxo básico no sistema capitalista: a existência da agricultura familiar leva a um questionamento a respeito das teorias e técnicas adotadas até então. Segundo Moraes (1998), aqueles conhecidos como camponeses, pela gestão no trabalho, permanecem a fazer parte da história, agora como produtores de baixa renda ou pequena produção e, com um grande desafio, o de ser respeitado como pequeno, num país onde o que predomina é ser grande.

Como é possível à agricultura escapar de um quadro geral onde a concentração econômica impera em praticamente todos os setores? De fato, quando se fala em produção familiar, a imagem que vem imediatamente ao espírito é de um empreendimento de dimensões reduzidas, trabalhando com técnicas relativamente precárias e atrasadas (ABRAMOVAY, 1992, p. 19).

O desafio teórico para a compreensão da agricultura familiar no capitalismo central está nas ambigüidades com que este modo de produção tem sido tratado, buscando decifrar sua lógica própria, divergindo da racionalidade capitalista.

Os motivos para toda essa ambigüidade são de natureza teórica e conceitual explicando o obscurecimento em que foram discutidos e assimilados como um modo de produção condenado a ser banido pela história. Entretanto as particularidades da agricultura familiar a colocam como estratégia de manutenção do emprego e redistribuição de renda, ainda de forma ínfima. Porém necessária para a construção do desenvolvimento sustentável frente à sociedade global e ao capital.

Questões como a exclusão e a integração social passaram a constituir-se em temas pertinentes na discussão das formas sociais da agricultura e na reconfiguração do capitalismo na contemporaneidade. A partir da constatação da grande concentração de renda e exclusão social, proporcionado pelo desenvolvimento com foco na indústria faz-se necessário rever o papel desempenhado pelo setor primário. Essa discussão remete a um impasse muito freqüente nas análises da relação e dos pequenos agricultores familiares com o mercado: trata-se da contraposição entre agricultura de subsistência e agricultura comercial.

Neste sentido, as políticas de incentivos devem abranger ambas as categorias, dando oportunidades e, principalmente reconhecer a importância da permanência econômica da agricultura, seja capitalista ou familiar.

A agricultura não é um setor isolado, já que incorpora os efeitos das políticas econômicas elaboradas, bem como as estratégias de desenvolvimento adotadas e voltadas para outros setores. Ou seja, o setor agrícola constitui parte integrante da economia nacional, de forma, que o seu desempenho depende, em grande parte, de fenômenos macroeconômicos naquela ocorrente. Além do que as transformações recentes do mundo do trabalho conduzem a um paradigma no modelo de desenvolvimento em que se constrói o debate em torno de uma

maior necessidade de justiça social e principalmente de um desenvolvimento com sustentabilidade.

Para Silva (1999), a importância maior do desenvolvimento sustentável é que sua fundamentação está pautada em questões antigas com base principalmente numa agricultura menos excludente, constituindo-se em uma nova concepção de desenvolvimento econômico. Essa nova concepção não consiste na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis; mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza, na produção de novos valores.

Vale ressaltar que todo projeto de desenvolvimento, em todos os níveis, deve considerar que o mercado tem uma grande importância na regulação da produção e do consumo, mas é incapaz de solucionar a grave crise social atual e as preocupações e anseios quanto à reprodução das famílias rurais, se não for repensado o modo de inserção efetiva de todos os agentes em um projeto de desenvolvimento para o longo prazo.

Além das conquistas econômicas e sociais, um projeto de desenvolvimento deve buscar a construção de uma nova visão de relações sociais, através do princípio da cidadania, garantir que todos tenham o mesmo nível de inserção na sociedade. Isso reforça a busca por um caminho alternativo, redefinindo não só os projetos econômicos, mas também a construção de um modelo que resgate a dignidade da população rural, reestruturando e recriando as unidades produtivas onde não há um exclusivo assalariamento, encaradas como forma de produção não-capitalista.

Dessa forma procura-se caracterizar a agricultura familiar não como uma produção de subsistência, mas como um modo de produção capitalista sustentável, surgindo como um portal para a inserção de indivíduos na sociedade que foram marginalizados pelo modo tradicional de produção, uma vez que não podemos pensar em desenvolvimento sustentável deixando uma grande parcela da população fora desse projeto.

2 - CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: VELHOS CONCEITOS, NOVAS TEORIAS FRENTE AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS

Por quê abordar este tema a partir do resgate dos conceitos na busca de uma identificação das teorias em termos contemporâneos? O resgate aos conceitos traduz uma perspectiva analítica da identidade diferenciada do objeto estudado. Dessa forma busca-se delinear tal objeto passando pelas formulações próprias de uma sociedade contemporânea.

É preciso deixar claro que na busca de se manter o debate sobre agricultura familiar não se pretende negar as discussões anteriores, mas absorvê-las de forma que possibilite construir uma identidade econômica e social como parte integrante do capitalismo contemporâneo.

Não se pode deixar de perceber a verdadeira natureza do sistema capitalista, mesmo diante do colapso da sua forma mais primitiva de acumulação de capital, da falência da economia de mercado e das transformações nas relações de trabalho neste início de século, em que o ponto forte consiste mais uma vez na ideologia do *laissez faire* e dos mercados auto-reguladores acompanhada pelo fim das fronteiras e da soberania econômica nacional.

A história econômica tem registrado escritos de autores como Smith e Ricardo que defenderam a expansão do mercado e o livre comércio, hoje associado ao conceito de

globalização e, tem como pilar ideológico o ‘novo liberalismo’ alcançando sua hegemonia na década de 1990, superando assim o pensamento keynesiano do Estado de bem-estar.

Em *A Riqueza das Nações*, o liberalismo é a liberdade para que os capitais possam se movimentar em busca de melhores rendimentos, constituindo-se dessa forma em duas premissas: primeiramente que a busca dos maiores rendimentos para o capital constitui o princípio básico do sistema capitalista; a segunda premissa tem como objetivo demonstrar que a liberdade entre os capitais constitui a conciliação entre a busca privada do benefício e o bem-estar coletivo (SMITH, 1996).

A corrente neoliberal emergente nos anos 1990 tem sustentação na estabilização, desregulação e privatização, em que o discurso paira na idéia de que o Estado é ineficiente e, como consequência a curto prazo podemos destacar o aumento dos encargos públicos, concentração da riqueza e do controle dos mercados, aumento do desemprego e do subemprego, dentre outros problemas de ordem estritamente econômica. A idéia explícita a visão pessimista de Ricardo quanto ao crescimento econômico, isto é, sua preocupação com a tendência à estagnação da economia.

Apesar de Ricardo não ter feito nenhum tipo de referência quanto ao papel do Estado no sistema econômico, explicitou claramente sua concordância com a tese de Smith do não-intervencionismo do Governo nas relações econômicas – a *mão invisível* leva à harmonização dos interesses individuais.

Quanto à ineficiência do Governo em conduzir ou interferir no sistema econômico, defendida pelos Clássicos, deve ser esclarecido que o Governo se torna ineficiente apenas no sentido de não criar valor – trabalho produtivo e trabalho improdutivo - trabalha com um valor já gerado por outros segmentos (indústria, agricultura etc.). No entanto, o Estado pode influenciar outros aspectos do sistema econômico, quando for necessário.

Com uma idéia mais ‘moderna’ encontramos em Mill um avanço no que tange as idéias de Smith quanto ao papel do Estado. Claro, isso se deve ao fato de que Smith viveu uma época tranqüila, anterior à revolução industrial, enquanto Mill, viveu em um período de maior turbulência, em que a pobreza já se fazia presente nas comunidades, não sendo, portanto mais possível aceitar a omissão do Estado quanto à lógica passiva do mercado. Tem-se dessa forma uma transição da escola clássica para a neoclássica, abrindo assim a investigação teórica quanto à intervenção estatal principalmente no que diz respeito à distribuição da riqueza, pois já era possível constatar que o princípio fundamental do liberalismo podia ser questionado, uma vez que a defesa do interesse individual nem sempre tem como resultado o benefício social e coletivo.

Com a escola neoclássica na figura de Walras, Jevons e Menger, foi demonstrado através de um outro raciocínio as vantagens do liberalismo econômico, mudando, entretanto o objeto de análise. A análise baseou-se na filosofia utilitarista, e destaca a teoria do consumo, rompendo com aqueles que viam no ‘trabalho’ toda a origem da riqueza. Dessa forma o ‘valor’ passa a ser discutido como uma qualidade não-intrínseca, atribuindo a origem desse à utilidade.

Walras (1996), defende por excelência a doutrina do *laissez-faire* como eficiente no sentido de proporcionar abundância. Ou seja, a eficiência na produção dos bens de forma equitativa, uma vez que a economia é a ciência da escassez.

Marshall (1996), representante do pensamento neoclássico, via na ciência econômica a possibilidade de solucionar os problemas sociais, ajudando a sociedade a fazer com que os recursos disponíveis promovam da melhor forma o bem estar social. Desse modo, Marshall rejeita a idéia de que a teoria do consumo é a base da economia. Para ele existe uma

complementaridade entre os diversos agentes e setores do sistema econômico de forma a mantê-lo em funcionamento com eficiência e justiça social.

Marshall preocupou-se também com a questão da riqueza nacional, analisando as conseqüências do progresso econômico na qualidade de vida da população. Com essa visão propôs um programa de reforma social voltado para a emancipação da pobreza e a promoção do desenvolvimento. No mesmo contexto, Walras imaginou algo que conciliasse o liberalismo com o ‘socialismo’ em que um se responsabilizasse pela produção e o Estado, com a sua intervenção, realizasse a justiça. Dessa forma o Estado deve intervir quando os mecanismos reguladores do sistema não funcionam, corrigindo as falhas e criando mecanismo de acordo com as necessidades de cada sociedade. Entretanto o liberalismo econômico, em sua forma como foi concebida inicialmente pelos clássicos, manteve-se como teoria dominante até o início do século XX. Somente a partir do final da segunda década deste século começou a sentir o seu desgaste. Como explicar a maior crise econômica mundial ocorrida entre 1929 e 1933?

Como já assinalamos, toda a teoria deve ser entendido no tempo e no espaço. Dessa forma, explicar a ‘depressão’ ocorrida em 1929 não é possível utilizando-se do pensamento clássico. Keynes em sua obra *Teoria Geral* indicou novos elementos, que até então tinham sido desconsiderados – a intervenção estatal na economia, que tinha como principal objetivo combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual, uma vez que o *laissez-faire* mostrou sua incapacidade de proporcionar o pleno emprego e uma justa distribuição de riqueza. Dessa forma, Keynes propõe a intervenção estatal não como negação da iniciativa individual, mas como condição necessária para manter a ordem do mercado, para a sobrevivência do capitalismo.

Friedman (1984), em sua obra *Capitalismo e Liberdade*, vai além quando defende que mesmo com o desenvolvimento do capitalismo este não pode ser totalmente livre – isto seria um mal para a sociedade – assim como o homem precisa do ‘contrato social’ para estabelecer suas relações e o seu desenvolvimento em sociedade, o sistema econômico deve ter a intervenção do governo para garantir a ordem econômica ou até mesmo a livre concorrência, principalmente quando a liberdade econômica estiver ameaçada.

Portanto, é dentro de um novo paradigma que se busca respostas para o crescimento do desemprego, exclusão social e concentração de renda, empobrecendo as nações que nunca chegaram num estágio de desenvolvimento em que as condições mínimas da população possam ser mantidas. Surge dessa forma uma similaridade entre as idéias liberais e o surgimento da expressão ‘neoliberalismo’ a partir dos anos 70, aumentando a neutralidade do Estado no campo econômico. É interessante lembrar que, a proposta de Keynes foi no sentido de preservar (manutenção) e fortalecer o sistema capitalista, assim como os clássicos.

Polanyi (2000) nos esclarece sobre as transformações ocorridas no final do século XX, em que o ritmo imposto pelo sistema ultrapassa as barreiras do bem-estar dos indivíduos, e nesse caso a “transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (p. 60). Portanto é necessário reconhecer que as vantagens econômicas de um mercado livre não pode compensar a destruição social que vem acarretando.

Dessa forma, no mundo concreto e no pensamento econômico, acumulam-se derrotas. A *mão invisível* dos ‘neoliberais’ ideólogos desse processo é distinta daquela dos liberais clássicos. Smith tinha plena consciência de que o mercado era apenas o resultado não intencional dos interesses de indivíduos egoístas. O Estado teria apenas que simplesmente garantir o direito de propriedade.

Assim também foi concebido o ‘neoliberalismo’: cada indivíduo deve buscar sua satisfação sem restrições e, qualquer divisão que resulte, será a melhor possível. Sendo assim, o mercado assume a soberania no lugar do Estado, sob o signo da globalização as trocas se intensificaram, entretanto nem todos os países se beneficiam, já que não se tem constatado melhorias na vida dos indivíduos.

O ritmo das transformações no mundo do trabalho no final do século XX e, conseqüentemente, das relações sociais convida o setor rural a tornar-se mais participativo nesse processo de desenvolvimento em procurar novas formas de sociabilidade e instituições que permitam uma reavaliação do campo no desenvolvimento intensivo do capitalismo integrado ao mundo. Dessa forma surge uma reorientação do modelo de desenvolvimento centrado na lógica do capital e na expansão dos centros urbano-industrial. O limite imposto pela acumulação de capital, centra-se na incapacidade de inserção de um maior número de produtores aos benefícios das políticas públicas e a melhoria da qualidade de vida.

Pesquisas recentes tem demonstrado, principalmente em países desenvolvidos, a rápida adaptação do agricultor familiar ao processo de modernização e, principalmente a contribuição da cultura do agricultor familiar na formulação de respostas à crise do sistema capitalista. Dada a capacidade da agricultura familiar formular saídas para as crises econômicas provocadas pelo modelo excludente de desenvolvimento, propõe-se pensar a integração da agricultura familiar à sociedade industrial moderna sem que isto resulte num processo simples de eliminação dos pequenos agricultores. Ou seja, a eliminação da sua identidade, nem tão pouco transformá-los simplesmente em capitalistas.

Pretende-se discutir até que ponto estamos diante de um processo de construção de novas identidades sociais, que não podem ser traduzidas simplesmente pela centralidade na atividade econômica, nem pelo exercício exclusivo de acumulação de capital, fazendo emergir da lógica do capitalismo a reconstrução de certos elementos constituintes de uma nova sociedade.

Com o esvaziamento do Estado, em virtude principalmente da crise fiscal, o setor agrícola entra nos anos 1990 noutra realidade: abertura comercial, globalização e menor participação do Estado nos setores da economia, embora busque um modelo de desenvolvimento sustentável.

Para Abramovay (1992, p. 22), “Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Entretanto é necessário discutir a agricultura dentro do contexto macroeconômico do desenvolvimento capitalista, em que a agricultura sempre foi considerada como um simples segmento na produção de bens alimentares a baixos preços.

Na maioria dos países capitalistas avançados, constata-se a presença marcante do Estado na definição de políticas públicas com vistas ao fortalecimento da agricultura, principalmente para a produção de alimentos. Desta forma, é intensa a participação da agricultura no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, seja através da transferência de renda para outros setores, seja pela contribuição para o aumento da oferta agrícola e, conseqüentemente, a redução dos gastos da população com itens alimentares.

Vale lembrar que a principal tarefa não é relacionar as medidas que deveriam ter sido tomadas no passado, mas descobrir como vencer o estágio de subdesenvolvimento em que vivem atualmente as diversas nações. O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo, encontrando no desenvolvimento desse modo de produção trabalho e gestão, caracterizando suas particularidades no ambiente econômico e social da sociedade global.

A agricultura familiar que é conhecida como uma produção para o auto-consumo, não incorpora os benefícios da tecnologia e não produz excedentes, não tem como competir com a agricultura comercial (ou capitalista) empregadora de trabalhadores especializados e métodos aprimorados de produção e comercialização, focada na obtenção de excedentes para venda no mercado interno ou externo. Adotar políticas macroeconômicas voltadas para a agricultura familiar pode proporcionar o desenvolvimento do setor rural de forma mais contínua, harmônica e sustentável.

Tudo isso nos mostra a necessidade da discussão de um projeto que tente harmonizar as forças da produção com o bem-estar dos indivíduos reconhecendo a agricultura familiar como agente transformador e inovador de uma nova concepção de desenvolvimento, em que o foco não seja apenas o capital, mas sim o homem enquanto sujeito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o arcabouço teórico até aqui levantado, podemos inferir algumas conclusões que permitirão, mais facilmente, tentar propor o papel e o tamanho ótimo para o Governo com base no pensamento liberal, nos utilizando fundamentalmente dos anseios e necessidades que surgem com a concepção de um novo modelo de desenvolvimento.

A contrapartida da crise do capital juntamente com a crise do trabalho, que vem experimentando o capitalismo contemporâneo nas últimas décadas, cria suporte para uma nova concepção que deve incorporar fatores mais complexos em suas contradições e desigualdades, buscando respostas em novas teorias que incorpore a agricultura familiar na concepção capitalista. Esta concepção não está vinculada à acumulação de capital, mas à participação como agentes ativos para a construção de uma nova concepção de desenvolvimento, tentando superar as velhas teorias em que o capitalismo foi concebido.

Esta nova condição do mundo do trabalho é resultado de dois fenômenos: primeiramente do esgotamento do velho modelo de desenvolvimento que sacudiu o capitalismo no pós-guerra a partir dos anos 1970 e, em segundo lugar, pela crise do estado de bem-estar e pelas forças do mercado e a política neoliberal na década de 1980.

As conseqüências mais explícitas deste novo processo são o fim de milhões de postos de trabalho, com o aumento do êxodo rural, e a redução dos serviços públicos, o que significa deixar milhares de pessoas sem direito a nenhum tipo de serviço, tais como saúde e educação para a população mais carente.

A reestruturação produtiva, com novas técnicas de gerenciamento e inovações tecnológicas em todos os ramos de produção, reduz a demanda por mão-de-obra e exige uma maior qualificação do trabalho, gerando assim uma profunda diferenciação social. Se, por um lado, gera-se uma pequena categoria de trabalhadores especializados e bem remunerados, gera-se também uma grande massa de desempregados, desqualificados e sem outras oportunidades de ocupação.

Nesse contexto, é preciso desenvolver o setor rural, pois a agricultura familiar é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a redistribuição da renda e para o impulsionamento de um desenvolvimento sustentável, que venha a contribuir na superação da crise social e econômica do país. A agricultura familiar apresenta um perfil essencialmente distributivo, é melhor em termos socioculturais, e é mais adaptada a um modelo de sustentabilidade, podendo diminuir a forte concentração de renda e exclusão social.

Pode-se concluir que a agricultura familiar necessita de elementos estruturais que lhes dêem sustentabilidade, de modo a possibilitar o crescimento e desenvolvimento dos agentes envolvidos, tendo que obrigatoriamente se reestruturar competitivamente para que possa tornar-se parceira frente às transformações ocorridas nas últimas décadas, provocadas pelas crises do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MORAES, Maria Dione C. De Camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. In RAÍZES, **Agricultura familiar**. Ano XVII, n. 17 junho/98. (p. 121 a 134).

POLANYI, Karl. **A Grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. **O Novo rural brasileiro**. Campinas/SP: UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas).

SMITH, Adam. **A Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, vol. I; 1996.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

WALRAS, León. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, Angela Duarte D. & BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, 1998.